

Publica-se a lista de ordenação final do procedimento concursal comum a seguir identificado, elaborada pelo respectivo júri, com vista ao preenchimento de postos de trabalho necessários no mapa de pessoal do Instituto da Segurança Social, I. P.:

Aviso n.º 11003/2009 — Referência DRH/AT/3/2009

Procedimento concursal comum com vista ao preenchimento de 1 posto de trabalho na carreira de assistente técnico do mapa de pessoal do Instituto da Segurança Social, I. P.

Nome Candidato	Classificação Final
Michael Viegas Rosa	15,10
Amália Alves Joaquim Henriques	14,33
Célia Maria Marques Azevedo Mendes	14,03
Helena Maria Gameiro Costa Pires	13,43
Celina Isabel Felix Batista Lopes Pereira	13,23
Sandra Maria Oliveira Lopo	13,20
Paula Cristina Rodrigues Vinhas Martins	12,75
Maria João Henriques Neves	12,55
Maria da Conceição Ferreira Gaio Pinto	11,78
Maria Margarida Ramalho Marques dos Santos Costa	11,33
Cláudia Sofia Gomes Sobrado	11,10 a)
Anabela Parada de Almeida Morais Garcia	11,10

a) Maior antiguidade no exercício de funções públicas

Nos termos do disposto nos artigos 36.º, n.º 1, e 30.º, n.º 3, alínea d), da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro e artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo notificam-se os candidatos excluídos acima identificados para se pronunciarem, no prazo de 10 dias úteis a contar da publicação do presente aviso, sobre a intenção de exclusão.

Os factos que considerem relevantes e adequados para efeito de reapreciação por parte do júri deverão ser apresentadas através do preenchimento do Formulário para o exercício do direito de participação dos interessados aprovado mediante Despacho n.º 11321/2009, de 8 de Maio, de S. Ex.ª o Senhor Ministro do Estado e das Finanças, conforme o estabelecido no n.º 1 do artigo 51.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.

O Formulário para o exercício do direito de participação dos interessados encontra-se disponível em <http://www.seg-social.pt/left.asp?05.18.06.04>, e poderá ser remetido para o endereço: ISS-DRH-Processamentos-Concursais@seg-social.pt, identificado em assunto com o “Aviso n.º 11003/2009 — Referência DRH/AT/3/2009”, devendo o seu envio ocorrer até ao termo do prazo fixado, findo o qual não serão as mesmas consideradas.

18 de Dezembro de 2009. — A Directora da Unidade de Gestão Administrativa de Recursos Humanos, *Lurdes Lourenço*.

202744461

Aviso n.º 551/2010

Procedimento concursal comum com vista ao preenchimento de postos de trabalho na carreira e categoria de assistente técnico dos mapas de pessoal do ISS, IP.

Publica-se a lista de ordenação final do procedimento concursal comum a seguir identificado, elaborada pelo respectivo júri, com vista ao preenchimento de postos de trabalho necessários no mapa de pessoal do Instituto da Segurança Social, I. P.:

Aviso n.º 10996/2009 — Referência DRH/AT/1/2009

Procedimento concursal comum com vista ao preenchimento de 14 postos de trabalho na carreira de assistente técnico do mapa de pessoal do Instituto da Segurança Social, I. P.

Nome Candidato	Classificação Final
Pedro Almeida Marques	18,35
Renato Augusto Duarte Lopes Celestino	16,68
Femida Mahomed Shafi	16,53
Fátima Augusta Vivas	16,23
Clarisse Candida dos Santos Nogueira	16,00 a)
Susana Margarida Paiva Fatela dos Santos	16,00
Eliana Carina Vidigal Pereira	15,55
Sandra Maria Marcos Meleiro	15,33

Nome Candidato	Classificação Final
Sandra Flora dos Santos Franco Figueiras	15,10 a)
Michael Viegas Rosa	15,10
Maria Teresa Duarte Silva Brites Inácio	14,66
Carla Marisa Conceição Ferreira Raimundo	14,03
Irene Maria da Graça dos Santos	13,90
Helena Maria Gameiro Costa Pires	13,43
Maria Francisca Martins Semedo	13,23
Sandra Maria Oliveira Lopo	13,20
Maria Manuela Roque da Costa Duarte	13,10
Maria João Henriques Neves	12,55
Rita Benvinda Nobrega Gouveia Almeida	12,33
Maria Manuela Vicente Ribeiro Oliveira	12,00 a)
Luísa Maria Simão Anselmo Tiago	12,00
Elisabete Maria da Silva de Jesus Lucas Gaspar	12,00
José Manuel da Silva Almeida	11,78 a)
Marina das Dores Miguel dos Santos	11,78
Helena Maria Almeida da Silva	11,55
Maria Margarida Ramalho Marques dos Santos Costa	11,33
Maria Helena Simões Antunes Valente	11,10
Maria Teresa Freitas Nicolau	10,88

a) Maior antiguidade no exercício de funções públicas

Nos termos do disposto nos artigos 36.º, n.º 1, e 30.º, n.º 3, alínea d), da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro e artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo notificam-se os candidatos excluídos acima identificados para se pronunciarem, no prazo de 10 dias úteis a contar da publicação do presente aviso, sobre a intenção de exclusão.

Os factos que considerem relevantes e adequados para efeito de reapreciação por parte do júri deverão ser apresentadas através do preenchimento do Formulário para o exercício do direito de participação dos interessados aprovado mediante Despacho n.º 11321/2009, de 8 de Maio, de S. Ex.ª o Senhor Ministro do Estado e das Finanças, conforme o estabelecido no n.º 1 do artigo 51.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.

O Formulário para o exercício do direito de participação dos interessados encontra-se disponível em <http://www.seg-social.pt/left.asp?05.18.06.04>, e poderá ser remetido para o endereço: ISS-DRH-Processamentos-Concursais@seg-social.pt, identificado em assunto com o “Aviso n.º 10996/2009 — Referência DRH/AT/1/2009”, devendo o seu envio ocorrer até ao termo do prazo fixado, findo o qual não serão as mesmas consideradas.

18 de Dezembro de 2009. — A Directora da Unidade de Gestão Administrativa de Recursos Humanos, *Lurdes Lourenço*.

202743951

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Administração Regional de Saúde do Norte, I. P.

Aviso n.º 552/2010

Concurso para ocupação de 561 postos de trabalho na categoria de Enfermeiro da Carreira Especial de Enfermagem, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

1 — de harmonia com as disposições contidas no Decreto-Lei n.º 248/2009, de 22 de Setembro, torna-se público que, por despacho do Conselho Directivo da Administração Regional de Saúde do Norte, I. P., de 16 de Novembro de 2009, proferido no uso da competência constante do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro, se encontra aberto, pelo prazo de 15 dias úteis contados da publicação deste aviso, concurso para ocupação de 561 postos de trabalho na categoria de Enfermeiro da Carreira Especial de Enfermagem, em lugares previstos e não ocupados no âmbito dos agrupamentos dos centros de saúde, abaixo discriminados, pertencentes à Região de Saúde do Norte, com vista à celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

2 — As vagas postas a concurso foram objecto de autorização por despacho do Senhor Secretário de Estado da Administração Pública, datado de 12 de Outubro de 2009, sobre o qual o Senhor Ministro de Estado e das Finanças, exarou despacho de concordância, em 14 de

Outubro, no âmbito dos quais se consideram verificados os pressupostos que justificam o recurso a este tipo de recrutamento, em conformidade com o disposto no n.º 6 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, podendo candidatar-se ao mesmo exclusivamente trabalhadores com relação jurídica de emprego público previamente estabelecida (por tempo indeterminado, determinado ou determinável).

3 — Legislação aplicável — De acordo com o estabelecido no n.º 4 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 248/2009, de 22 de Setembro, o concurso rege-se pelo disposto na Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, nos artigos 18.º a 42.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Lei n.º 412/98, de 30 de Dezembro, e 411/99, de 15 de Outubro, e, supletivamente, pelas disposições aplicáveis do Código do Procedimento Administrativo (Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro).

4 — Validade — Em conformidade com o disposto no artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro, o presente concurso é válido pelo prazo de 2 anos, contado da data da publicação da respectiva lista de classificação final, no caso de ser autorizado o preenchimento de mais postos de trabalho na categoria em causa.

5 — Funções, vencimento e local de trabalho — As funções a exercer são as descritas no artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 248/2009, de 22 de Setembro. A remuneração é a prevista para a categoria posta a concurso, constante da tabela anexa ao Decreto-Lei n.º 411/99, de 15 de Outubro, de acordo com o previsto no artigo 29.º do actual regime da carreira especial de enfermagem.

As condições de trabalho e regalias sociais são as genericamente vigentes para os trabalhadores da Administração Pública.

Os locais de trabalho são os que a seguir se referem:

Aces	N.º vagas
Nordeste	46
Marão e Douro Norte	14
Alto Tâmega e Barroso	08
Douro Sul	17
Terras de Basto	17
Famalicão	17
Braga	18
Gerês/Cabreira	20
Barcelos/Esposende	23
Guimarães/Vizela	32
Baixo Tâmega	45
Vale Sousa Sul	33
Vale Sousa Norte	22
Santo Tirso/Trofa	14
Gondomar	21
Valongo	16
Maia	13
Póvoa Varzim/Vila Conde	27
Porto Ocidental	29
Porto Oriental	31
Gaia	23
Espinho/Gaia	28
Feira/Arouca	27
Aveiro Norte	20

6 — Requisitos de admissão ao concurso:

6.1 — São requisitos gerais os previstos no n.º 3 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 412/98, de 30 de Dezembro.

6.2 — São requisitos especiais os referidos na alínea a), do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 412/98, de 30 de Dezembro.

7 — Método de selecção — No concurso será utilizado o método de avaliação curricular, de acordo com o n.º 4 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 412/98, de 30 de Dezembro.

7.1 — A classificação final dos candidatos será expressa na escala de 0 a 20 valores, resultante da média ponderada pela aplicação da seguinte fórmula:

$$AC = [(HA \times 2) + (FP \times 2) + (EP \times 8) + (ER \times 2)]/14, \text{ em que:}$$

HA = Habilitações Académicas; FP = Formação Profissional; EP = Experiência Profissional; ER = Elementos Relevantes.

7.2 — A grelha de avaliação curricular e a respectiva fundamentação constam da acta n.º 2 do júri, que se encontra disponível para consulta no site da ARS do Norte, IP.

8 — Formalização de candidatura:

8.1A candidatura ao presente processo concursal deverá ser feita através do envio de formulário, criado para o efeito, e de toda a documentação que comprove as afirmações feitas no referido formulário.

8.2 — O formulário encontra-se disponível no site da ARS Norte, IP, (www.arsnorte.min-saude.pt), e o seu envio poderá ser feito por submissão *online* ou via CTT.

8.3 — Preferencialmente, o formulário deverá ser submetido à ARS Norte, IP, através da Internet (submissão *online*). Este procedimento permitirá tornar mais célere todo o trabalho do Júri tanto na elaboração da lista dos candidatos admitidos e excluídos como na elaboração da lista de classificação final, daí decorrendo uma mais rápida colocação dos candidatos.

8.3.1 — Se for este o procedimento adoptado, a sua candidatura será comprovada por recibo emitido informaticamente, que deverá imprimir e guardar.

8.3.2 — Deverá, também, imprimir e guardar uma cópia do formulário que submeteu.

8.3.3 — Posteriormente, deverá remeter, por carta registada e com aviso de recepção, dirigida à DGAG/Unidade de Administração Geral — Rua Nova de S. Crispim, 380, 4049-002 Porto, cópia do formulário submetido *online*, cópia do recibo que certificou essa mesma submissão e toda a documentação que comprove as afirmações feitas no formulário.

8.3.4 — Deverá, ainda, incluir declaração que liste cada um dos documentos incluídos na carta.

8.3.5 — Na zona do envelope destinada ao remetente deverá escrever: “Concurso da ARSN, IP, para ocupação de 561 lugares de enfermeiro. Candidatura feita online”.

8.3.6 — Esta carta deverá dar entrada na ARS Norte, IP, dentro dos prazos estabelecidos no presente Aviso. Considera-se apresentada dentro do prazo se a mesma tiver sido expedida até ao termo do prazo fixado.

8.4 — Se a sua opção for a candidatura via CTT, deverá imprimir o formulário disponibilizado no site da ARS Norte, IP, e preenchê-lo.

8.4.1 — Posteriormente, deverá remeter, por carta registada e com aviso de recepção, dirigida à DGAG/Unidade de Administração Geral — Rua Nova de S. Crispim, 380, 4049-002 Porto, o formulário devidamente preenchido e toda a documentação que comprove as afirmações feitas no mesmo.

8.4.2 — Deverá, ainda, incluir declaração que liste cada um dos documentos incluídos na carta.

8.4.3 — Na zona do envelope destinada ao remetente deverá escrever: “Concurso da ARSN, IP, para ocupação de 561 lugares de enfermeiro”.

8.4.4 — Esta carta deverá dar entrada na ARS Norte, IP, dentro dos prazos estabelecidos no presente aviso. Considera-se apresentada dentro do prazo se a mesma tiver sido expedida até ao termo do prazo acima fixado.

9 — A não apresentação, no prazo de candidatura, dos documentos acima referidos, conforme indicado no presente aviso de abertura do concurso, implica a não admissão ao mesmo.

10 — O júri pode exigir a qualquer candidato, no caso de dúvida sobre as situações que descrevem, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

11 — As falsas declarações serão punidas nos termos da lei.

12 — Publicação das listas — A publicitação da lista de candidatos admitidos e excluídos e a lista de classificação final do concurso serão publicadas no *Diário da República* de acordo com o estipulado no n.º 2 do artigo 33.º e no artigo 38.º do regulamento da carreira (D.L. n.º 437/91, de 8 de Novembro) e serão, igualmente, afixadas no expositor do átrio das instalações sitas na Rua Nova de S. Crispim, 380, 4049-002 Porto.

13 — Constituição do júri:

Presidente: José Manuel Oliveira dos Santos, Enfermeiro Supervisor do Hospital de Magalhães de Lemos, EPE.

Vogais efectivos:

1.º Maria Assunção Gomes Magalhães, Enfermeira Chefe do ACES Grande Porto V — Póvoa de Varzim/Vila do Conde.

2.º Luz do Céu Silva Magalhães Rodrigues, Enfermeira Chefe do ACES Grande Porto VIII — Gaia.

Vogais suplentes:

1.º Maria Elisa Meira — Enfermeira Chefe do ACES do Grande Porto V — Póvoa de Varzim/Vila do Conde.

2.º Maria do Céu Costa da Silva, Enfermeira Chefe do ACES do Grande Porto I — Santo Tirso/Trofa.

O presidente do júri será substituído, nas suas faltas ou impedimentos, pelo 1.º vogal efectivo.

14 — A Administração Regional de Saúde do Norte, IP, dará cumprimento ao regime estabelecido no Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro.

15 — Menção a que se refere o despacho conjunto n.º 373/2000, de 01 de Março: «Em cumprimento da alínea h), do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.»

Data: 29/12/2009. — Nome: *Maria Judite Castro Oliveira*. Cargo: Directora do Departamento de Gestão e Administração Geral.
202747612

Decisão n.º 1/2010

Por decisão da Vogal do Conselho Directivo da Administração Regional de Saúde do Norte da Administração Regional de Saúde do Norte, Dr.ª Isabel Oliveira, de 08 de Maio de 2008, foi autorizada a prorrogação dos regimes de trabalho de horário acrescido de 42 horas semanais, com efeitos a 01 de Abril de 2008 e até 30 de Junho de 2008, às Enfermeiras Paula Cristina Silva Vasques Iglesias, Diana Margarida Moreira Sanches e Maria Cecília Rodrigues Rego a exercer funções na Administração Regional de Saúde do Norte, Centro de Saúde de Soares dos Reis e Oliveira do Douro, Unidade de Saúde Familiar Saúde no Futuro.

Data: 10/12/2009. — Nome: *Maria Judite Castro Oliveira*, Cargo: Directora do Departamento de Gestão e Administração Geral.
202745506

Decisão n.º 2/2010

Por decisão da Vogal do Conselho Directivo da Administração Regional de Saúde do Norte, Dr.ª Isabel Oliveira, de 21 de Janeiro de 2008, foi autorizada a prorrogação dos regimes de trabalho de horário acrescido de 42 horas semanais, com efeitos a 01 de Outubro de 2007 e até 31 de Março de 2008, às Enfermeiras Eugénia Fernanda Pinto Ferraz, Heloisa Maria Pereira Leitão e Elisabete Gonçalo Carneiro Vieira a exercer funções na Administração Regional de Saúde do Norte, Centro de Saúde de Marco de Canaveses, Unidade de Saúde Familiar de Alpendorada.

Data: 11/12/2009. — Nome: *Maria Judite Castro Oliveira*, Cargo: Directora do Departamento de Gestão e Administração Geral.
202744412

Despacho n.º 543/2010

Por despacho do Presidente do Conselho Directivo, de 13/10/2008, da Administração Regional de Saúde do Norte, I. P., foi autorizada a atribuição do regime de horário acrescido de 42 horas semanais, a partir de 01/10/2008, à Enfermeira-Chefe Ana Isabel Antunes Lopes Silva, do Quadro de Pessoal da Administração Regional de Saúde do Norte, I. P., Centro de Saúde de Paços de Ferreira.

Data: 10/12/2009. — Nome: *Maria Judite Castro Oliveira*, Cargo: Directora do Departamento de Gestão e Administração Geral.
202744689

Administração Regional de Saúde do Centro, I. P.

Aviso n.º 553/2010

Concurso Externo Geral de Ingresso para preenchimento de um posto de trabalho da categoria de Técnico de 2.ª Classe de Cardiopneumologia da Carreira de Técnico de Diagnóstico e Terapêutica.

1 — Ao abrigo do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21/12, Portaria n.º 721/2000, de 05/09, da Lei n.º 12-A/2008, de 27-02, do despacho do Senhor Secretário de Estado da Administração Pública n.º 1335/2009/SEAP, de 12 de Outubro, sobre o qual o Senhor Ministro de Estado e das Finanças exarou despacho de concordância, com o n.º 748/09/MEF, de 14 de Outubro e do Código do Procedimento Administrativo, faz-se público que, por deliberação de 17.12.2009 do Conselho Directivo da Administração Regional de Saúde do Centro, I. P. se encontra aberto, pelo prazo de 20 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso externo geral de ingresso para preenchimento de um posto de trabalho da categoria de Técnico de 2.ª Classe de Cardiopneumologia da Carreira (não revista) de Técnico de Diagnóstico e Terapêutica, cuja remuneração corresponderá à referida

no Mapa III do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21/12, sendo as condições de trabalho e regalias sociais as genericamente vigentes para os trabalhadores da Administração Pública.

2 — Validade do concurso: O concurso é válido para a ocupação do posto de trabalho referido, caducando com o seu preenchimento.

3 — Conteúdo funcional: O conteúdo funcional dos lugares a prover é o descrito na alínea d) do n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21/12, bem como o descrito no artigo 6.º e n.º 1 do artigo 7.º deste último normativo.

4 — Local de trabalho:

Agrupamento de Centros de Saúde do Dão Lafões I: Um.

5 — Requisitos de admissão a concurso

5.1 — Requisitos Gerais:

a) Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceptuados por lei especial ou convenção internacional;

b) Ter 18 anos completos;

c) Possuir as habilitações profissionais legalmente exigíveis para o desempenho do cargo a prover;

d) Ter cumprido os deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;

e) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;

f) Ser física e mentalmente saudável e ter cumprido as leis de vacinação obrigatória.

5.2 — Requisitos especiais: Estar habilitado com o curso superior de Técnico de Cardiopneumologia, ministrado nas escolas superiores de tecnologia da saúde, ou outro legalmente reconhecido, em conformidade com a alínea a) e a alínea c) do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21/12.

5.3 — Nos termos do n.º 6 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27/02 e do Despacho do Senhor Secretário de Estado da Administração Pública n.º 1335/2009/SEAP, de 12/10, sobre o qual o Senhor Ministro de Estado e das Finanças exarou despacho de concordância, com o n.º 748/09/MEF, de 14/10, que autorizou, a título excepcional, à ARS do Centro, IP, proceder ao recrutamento de 28 técnicos da carreira de técnico de diagnóstico e terapêutica em diversas profissões, só podem ser admitidos ao presente concurso os técnicos da profissão de técnico de cardiopneumologia que, no âmbito do Ministério da Saúde, tenham constituído uma relação jurídica de emprego público por contrato de trabalho por tempo indeterminado, ou por tempo determinado, ou por tempo determinável.

6 — Métodos de selecção — Avaliação curricular, complementada com entrevista profissional de selecção, em conformidade com o estabelecido no corpo do artigo 14.º e no artigo 55.º, ambos do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21/12 e no artigo 2.º da Portaria 721/2000, de 05/09.

6.1 — Sistema de classificação final — De acordo com os n.ºs 1, 2, 3, 5 e 6 do artigo 59.º do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21/12.

6.2 — Os critérios de apreciação, ponderação e valorização dos factores da avaliação curricular e da entrevista profissional de selecção, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de acta de reuniões do júri do concurso, sendo a mesma facultada aos candidatos sempre que solicitada.

7 — Formalização das candidaturas:

7.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante a apresentação de requerimento dirigido ao Presidente do Conselho Directivo da Administração Regional de Saúde do Centro, IP, podendo ser entregue directamente nas instalações da ARS do Centro, IP, (Secção de Expediente e Arquivo) sitas na Alameda Júlio Henriques, s/n 3001-553 Coimbra, nos períodos compreendidos entre as 09H00 e as 12H00 e as 14H00 e as 16H30, até ao último dia do prazo estabelecido neste aviso, ou remetido pelo correio para a mesma morada, com aviso de recepção, considerando-se, neste caso, apresentado dentro do prazo, se o mesmo tiver sido expedido até ao termo do prazo fixado neste aviso.

7.2 — Do requerimento devem constar os seguintes elementos:

a) Identificação completa (nome, filiação, naturalidade, data de nascimento, número e data do Bilhete de Identidade e Serviço de Identificação que o emitiu, residência, código postal e telefone);

b) Categoria profissional e estabelecimento ou serviço a que o candidato esteja vinculado;

c) Pedido para ser admitido a concurso e identificação do mesmo, mediante referência ao número, série e data do *Diário da República* onde se encontra publicado o respectivo aviso;

d) Habilitações académicas de base e profissionais;

e) Menção do número de documentos que acompanham o requerimento e sua identificação.

f) Endereço para onde deve ser remetido qualquer expediente relativo ao concurso.